



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DO ANO JUDICIÁRIO DE 2020

SESSÃO REALIZADA EM 3 DE FEVEREIRO DE 2020

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro José Antonio DIAS TOFFOLI (23-10-2009), Presidente

Ministro LUIZ FUX (3-3-2011), Vice-Presidente

Ministro José CELSO DE MELLO Filho (17-8-1989), Decano

Ministro MARCO AURÉLIO Mendes de Farias Mello (13-6-1990)

Ministro GILMAR Ferreira MENDES (20-6-2002)

Ministro Enrique RICARDO LEWANDOWSKI (16-3-2006)

Ministra CÁRMEN LÚCIA Antunes Rocha (21-6-2006)

Ministra ROSA Maria Pires WEBER (19-12-2011)

Ministro Luís ROBERTO BARROSO (26-6-2013)

Ministro Luiz EDSON FACHIN (16-6-2015)

Ministro ALEXANDRE DE MORAES (22-3-2017)

Secretaria-Geral da Presidência

Daiane Nogueira de Lira

Secretaria de Documentação

Naiara Cabeleira de Araújo Pichler

Projeto gráfico

Eduardo Franco Dias

Capa

Lucas Ribeiro França

Diagramação

Yanic Diener Braga

Fotografias

Nelson Gontijo Resende Júnior/SCO/STF

Supremo Tribunal Federal — Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).

Sessão solene de instalação do Ano Judiciário de 2020 [recurso eletrônico] : sessão realizada em 3 de fevereiro de 2020 / Supremo Tribunal Federal. — Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2020.

28 p. : il., fot.

Sessão realizada em 3 de fevereiro de 2020.

Modo de acesso: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalAberturaAno/anexo/PlaquetadeAberturaAnoJudiciario2020.pdf>>

ISBN: 978-85-54223-44-1

1. Poder judiciário, Brasil. 2. Tribunal supremo, Brasil. 3. Ministro de tribunal supremo, discursos etc. I. Título.



Da esquerda para a direita: Doutor Augusto Aras, Procurador-Geral da República; Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal, Ministro Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal; General Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República; Deputado Federal Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, Doutor Felipe Santa Cruz, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.



Ministro Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

SUMÁRIO

Discurso do Excelentíssimo Senhor Ministro Dias Toffoli,
Presidente do Supremo Tribunal Federal 6

Discurso do Doutor Felipe Santa Cruz, Presidente do
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil 14

Discurso do Doutor Augusto Aras, Procurador-Geral da
República 19

Discurso do Excelentíssimo Senhor General do Exército
Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República 23

Palavras do Excelentíssimo Senhor Ministro Dias Toffoli,
Presidente do Supremo Tribunal Federal 27

**Discurso do Excelentíssimo Senhor Ministro
DIAS TOFFOLI,
Presidente do Supremo Tribunal Federal**

O Senhor Ministro Dias Toffoli (Presidente) – Bom dia a todos! Esta sessão solene destina-se à abertura do Ano Judiciário de 2020. Convido todos os presentes para, em posição de respeito, celebrarem o Hino Nacional Brasileiro.

(Execução do Hino Nacional)

O Senhor Ministro Dias Toffoli (Presidente) – Registro e agradeço a presença de Suas Excelências o Senhor Vice-Presidente da República, General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão, neste ato representando o Excelentíssimo Senhor Presidente Jair Bolsonaro; o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre; o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; os Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal de hoje e de sempre, Ministro Sepúlveda Pertence, Ministro Ilmar Galvão, Ministro Cezar Peluso, Ministro Ayres Britto; o Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes do Ministério Público; o Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, na pessoa de quem cumprimento todos os Ministros dos Tribunais Superiores; o Senhor Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Marcus Vinicius; o Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Brito Pereira; o Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Dr. Sérgio Moro, na pessoa de quem cumprimento todos os Senhores Ministros de Estado. Também presentes o Senhor Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e o Senhor Secretário-Geral da Presidência, Dr. Jorge Oliveira; cumprimento o Senhor Advogado-Geral da União, Ministro André Mendonça; o Senhor Defensor Público-Geral Federal, Dr. Gabriel Faria Oliveira, na pessoa de quem cumprimento todos os defensores; o representante da Força Aérea Brasileira, o Senhor Chefe do Estado-Maior Conjunto do Comando de Operações Aeroespaciais, Ricardo Mangrich, na pessoa de quem cumprimento os integrantes das Forças Armadas, o

Senhor Chefe de Estado-Maior do Conjunto da Armada – Marinha do Brasil, Celso Nazareth, o representante do Exército do Brasil, o Senhor General de Exército, Décio Schons; o Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Desembargador Romão Cícero de Oliveira, na pessoa de quem cumprimento os presidentes de tribunais aqui presentes; as Senhoras e Senhores Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Desembargador Luiz Fernando Keppen, a Juíza Federal Candice Lavocat Galvão Jobim, o Dr. Marcos Vinicius Rodrigues e o Dr. André Godinho; o representante do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro; o Senhor Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Felipe Santa Cruz, na pessoa de quem cumprimento todos os advogados brasileiros; a Senhora Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Juíza Renata Gil, na pessoa de quem cumprimento os presidentes de associações e institutos da magistratura; o Senhor Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mendes, e a Dra. Juíza Noêmia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; as Senhoras e os Senhores magistrados; as Senhoras e os Senhores servidores e colaboradores do Poder Judiciário; as Senhoras e os Senhores profissionais da imprensa.

É com entusiasmo e ânimo renovados que damos início ao **Ano Judiciário de 2020**.

Esta importante solenidade, que já se renova há dezesseis anos – graças à iniciativa e à genialidade do então Presidente do STF, **Ministro Maurício Corrêa** –, é a oportunidade de reafirmarmos a importância do Poder Judiciário para o **progresso do País** e para o **avanço da democracia**.

Cabe ao Judiciário pacificar os conflitos que surgem no seio da sociedade, fazendo valer a **vontade soberana do povo brasileiro**, cristalizada nas leis e na Constituição.

Se temos hoje uma democracia consolidada, na qual as liberdades públicas são exercidas amplamente e os direitos fundamentais são reafirmados, isso se deve, em grande medida, à solidez de nosso Sistema de Justiça.

Solidez essa cunhada, à luz da Constituição de 1988, pelo trabalho cotidiano dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia Pública e da Advocacia Privada.

Gerar confiança, previsibilidade e segurança jurídica: esse é o objetivo primordial do Poder Judiciário na atual quadra da história do País, em que se anseia pela retomada do crescimento econômico, do emprego e do desenvolvimento social e sustentável.

Devemos ter orgulho do Poder Judiciário brasileiro.

Nosso Judiciário é um dos mais produtivos do mundo e avança continuamente em eficiência e celeridade.

Segundo o relatório Justiça em Números 2019, o número de processos em tramitação em todo o País, em 2018 – dados que foram consolidados em 2019 –, foi reduzido em 1 milhão, rompendo com uma série histórica de quinze anos de contínuo aumento do acervo.

O Poder Judiciário nacional apresentou os maiores índices de produtividade dos últimos 10 anos.

Isso é resultado também da harmonia e da colaboração com o Congresso Nacional e o Poder Executivo.

Foram proferidos 32 milhões de sentenças terminativas. Em média, foram baixados 1.877 casos por magistrado.

Os resultados alçados devem-se à dedicação e ao trabalho diário e incansável dos **18.141 magistrados, 272.138 servidores, 73.926 colaboradores terceirizados, 64.609 estagiários e 21.361 conciliadores, juízes leigos e voluntários** que atuam no Sistema de Justiça, compondo uma enorme força de trabalho.

Fala-se muito dos altos custos do Poder Judiciário nacional. No entanto, é importante lembrar que temos uma estrutura judicial com capilaridade em todos os rincões deste país continental, a qual presta um serviço público **praticamente gratuito**, tendo em vista os baixos valores das custas judiciais.

Trata-se de uma estrutura financiada pelo Estado brasileiro e colocada a serviço da população mais necessitada.

Em um país que ainda padece de desigualdades sociais e regionais, isso não é pouca coisa.

Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Associação de Magistrados Brasileiros, revelou que a **Defensoria Pública** – instituição que atua na defesa dos mais necessitados – **é o segmento que melhor avalia o Poder Judiciário brasileiro em sentido amplo.**

Isso é altamente significativo. A defensoria atua pelos mais necessitados, por aqueles que têm fome e sede de justiça.

Em 2019, o Poder Judiciário brasileiro cumpriu com desvelo sua elevada missão de garantir a efetividade dos direitos e liberdades do cidadão, de promover a segurança jurídica e a pacificação social.

O Supremo Tribunal Federal – vértice do sistema judicial e máximo guardião da Constituição Federal – desempenhou papel-chave no equilíbrio da República e na manutenção da paz social.

Enfrentamos temas polêmicos, complexos e de grande impacto político, social, econômico e cultural.

A Corte estabilizou as relações institucionais, promoveu segurança jurídica e garantiu direitos fundamentais.

Os números alcançados em 2019 – divulgados no Relatório de Atividades que está sendo entregue nesta sessão – refletem o compromisso desta Corte com a prestação jurisdicional eficiente.

Estamos decidindo mais, em menos tempo, e baixando mais processos.

Tudo isso a despeito da diminuição real de 20% no orçamento da Corte nos últimos 10 anos, o que evidencia nosso uso mais eficiente dos recursos públicos.

Encerremos 2019 com o menor acervo dos últimos 22 anos, com 31 mil processos.

Nenhuma Suprema Corte do mundo julga tanto quanto o STF.

Foram proferidas, em 2019, 115 mil decisões, das quais **17,6 mil foram decisões colegiadas** – um incremento de 20% no número de decisões colegiadas em relação a 2018.

Também o Plenário da Corte teve um aumento de 22% de julgados. Foram 3.959 decisões do Pleno, evidenciando o reforço e a valorização da colegialidade.

Em 2020, o Plenário enfrentará, ainda neste primeiro semestre, uma série de temas de relevância nacional. Entre os **casos pautados**, destaco, apenas para ilustrar, os seguintes:

- *diversas questões de natureza tributária, como os embargos de declaração relativos à incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins;*
- *política de preços mínimos para o transporte rodoviário de cargas;*
- *distribuição dos royalties de petróleo;*
- *diversas ações relativas a dispositivos da recente Reforma Trabalhista;*
- *questões eleitorais, como diversas ações contra dispositivos da Minirreforma Eleitoral; dentre outros casos.*

Mais de 20% desses casos, Presidente Davi Alcolumbre, Presidente Rodrigo Maia, são trazidos a esta Corte por partidos políticos, após não terem concordado ou terem sido derrotados nas votações do Congresso Nacional.

Em 2020, permaneceremos empenhados em garantir os direitos fundamentais e as liberdades públicas, bem como em moderar e pacificar os grandes conflitos do País, promovendo, dessa forma, a segurança jurídica necessária à **retomada do desenvolvimento**.

Faremos isso mantendo – como temos feito – o devido diálogo institucional com os demais Poderes, com as instituições essenciais à Justiça e com a sociedade. E, aí, são significativas – e, mais uma vez, registro e agradeço – as presenças do Senhor Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, aqui representando o Presidente da República, Jair Bolsonaro; do Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador Davi Alcolumbre, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia. Também é significativo o diálogo com as instituições que compõem o Sistema de Justiça: o Ministério Público, Dr. Augusto Aras; a Advocacia Privada, Dr. Felipe Santa Cruz; a Advocacia Pública, Dr. André Mendonça; a Defensoria Pública, Dr. Gabriel; e com toda a sociedade brasileira, que, ao fim e ao cabo, é a destinatária dos nossos serviços.

Senhoras Ministras,

Senhores Ministros,

Os resultados alcançados pelo Judiciário nos últimos anos se devem também, em grande medida, às **políticas públicas formuladas e implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça**.

O CNJ tem impulsionado o processo de modernização administrativa, judicial e tecnológica do Judiciário brasileiro.

Em 2019, o Conselho voltou-se preponderantemente ao lançamento ou ao aprimoramento de ferramentas de gestão judicial destinadas ao incremento da qualidade dos serviços e da transparência dos atos do Judiciário.

Enfatizou-se, assim, o papel do CNJ como **órgão central de planejamento do Poder Judiciário**.

A melhoria e a expansão de projetos e programas que já existiam em gestões anteriores, tais como o Sistema Eletrônico de Execução Unificado e do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), são exemplos de grandes realizações do Conselho durante o ano de 2019.

O Conselho Nacional de Justiça inicia 2020 com o compromisso de seguir atuando de maneira colaborativa, visando concluir diversos programas e projetos estratégicos para o aprimoramento e a modernização da Justiça brasileira.

Antes de encerrar – em meu nome, e em nome do Vice-Presidente, Luiz Fux –, dirijo-me ao **cidadão brasileiro**, reafirmando o compromisso do Poder Judiciário com a promoção dos direitos e das garantias fundamentais.

Estamos lançando hoje a **Carta de Serviços ao Cidadão do Supremo Tribunal Federal**.

Essa Carta de Serviços é destinada aos cidadãos que procuram o Supremo em busca de efetivar seus direitos.

Ela contém informações claras e precisas acerca de cada um dos serviços prestados pelo STF e de como acessá-los. Ficará disponível no formato digital em nosso sítio eletrônico.

Trata-se de documento obrigatório para todos os órgãos públicos, conforme determina o Código de Defesa do Usuário dos Serviços Públicos (Lei 13.460/2017), Código esse – é importante lembrar – aprovado pelo Congresso Nacional ao impulso de decisão liminar desta Corte (ADO 24), a qual reconheceu a necessidade de efetivação da determinação constitucional de que se editasse lei de defesa do usuário de serviços públicos, conforme previsto no art. 27 da Emenda Constitucional 19/1998.

A Carta de Serviços ao Cidadão revela o compromisso desta Corte com a **efetividade dos direitos de seus usuários e com a prestação de serviços de alta qualidade à sociedade**.

Por fim, encerro destacando, mais uma vez, aquilo para que, para mim, é o núcleo de nosso pacto constitucional: os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, contidos no art. 3º de nossa Carta Fundante:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Esses são os objetivos fundamentais colocados em nossa Carta Constitucional. A busca pela realização desses objetivos fundamentais é a força motriz de nossas ações, dessa Presidência, da Vice-Presidência do Ministro Fux, de nosso Decano, Ministro Celso de Mello, que se encontra, como é público e notório, de licença médica, de nosso Vice-Decano, Ministro Marco Aurélio, de nosso Ministro Gilmar Mendes, de nosso Ministro Ricardo Lewandowski, da Ministra Cármen Lúcia, da Ministra Rosa Weber, do Ministro Luiz Edson Fachin e também, ausentes justificadamente, dos Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes. É esse o objetivo da existência deste Colegiado. E é óbvio que, em todo colegiado, há divergências, porque a razão de ser é a multiplicidade das visões que se somam e trazem, ao fim e ao cabo, a síntese daquilo que deve prevalecer como uma somatória das diferentes visões, como sempre nos lembra o nosso Ministro Marco Aurélio, hoje o mais antigo na sessão.

Declaro instalado o Ano Judiciário de 2020.

Muito obrigado!

Agora, tenho a honra de passar a palavra, para fazer seu pronunciamento, a Sua Senhoria o Senhor Dr. Felipe Santa Cruz, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

**Discurso do Doutor
FELIPE SANTA CRUZ,
Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil**

O Senhor Felipe Santa Cruz (Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) – Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em nome da Advocacia brasileira, eu cumprimento Sua Excelência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Dias Toffoli. Na sua pessoa, cumprimento os membros do Poder Judiciário, Senhoras Ministras e Senhores Ministros. Cumprimento o Vice-Presidente da República, o General de Exército Hamilton Mourão, neste ato representando o Presidente Jair Bolsonaro, na pessoa de quem cumprimento os membros do Poder Executivo. O Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, e o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, nas pessoas de quem cumprimento os membros do Poder Legislativo. O Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, na pessoa de quem cumprimento todos os membros do Ministério Público do nosso país. Cumprimento, de igual modo, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro João Otávio de Noronha, na pessoa de quem cumprimento todos os Ministros daquele Tribunal. Cumprimento o Presidente do Superior Tribunal Militar, Almirante de Esquadra Ministro Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, na pessoa de quem cumprimento os magistrados daquele Tribunal. Cumprimento o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Dr. Sérgio Moro, na pessoa de quem cumprimento os Senhores Ministros de Estado, aproveitando para também fazer um cumprimento especial ao Advogado-Geral da União, Dr. André Mendonça, na pessoa de quem cumprimento os membros da Advocacia-Geral da União. Cumprimento também o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. João Batista Brito Pereira, a Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Rosa Weber, e o Presidente do Tribunal de Contas da União, Dr. Raimundo Carreiro.

Senhoras e Senhores, a Advocacia se sente honrada de ter a palavra nesta solenidade. Como dito pelo Senhor Presidente, uma tradição que começou na Presidência do eterno

Advogado e também Ministro Maurício Corrêa, Advogado que, em face de razões históricas, preenche local privilegiado no coração e na memória da Advocacia brasileira, que ele tanto honrou.

É um momento especial de conagração das instituições nacionais em favor da promoção da justiça, mas é, sobretudo, a oportunidade de renovarmos nosso compromisso com a Constituição Federal, da qual esta Casa é guardiã e que, com seus instrumentos de garantia da democracia e das liberdades, tem exercido esse papel com excelência.

Não por acaso, a mesma Carta, a Carta Magna de 1988, que há mais de trinta anos colocou fim à ditadura militar, inscreveu, no seu art. 133, que:

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, (...).

A inviolabilidade de que trata nossa Constituição atende aos princípios pétreos de nosso Estado Democrático de Direito – a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal –, direitos esses garantidos a todo cidadão e, por decorrência, ao advogado no exercício de sua atividade em defesa desse cidadão.

Assim, inauguramos o Ano Judiciário com a vigência de importantes legislações aprovadas no Congresso Nacional. Cito, em especial, a Lei de Abuso de Autoridade, Lei 13.869, que estabeleceu, em consonância com os ditames constitucionais, a criminalização da violação das prerrogativas dos advogados – certamente, a maior conquista da cidadania, não da Advocacia, desde o Estatuto da Advocacia e do Código de Processo Civil, Código Fux, que também implementou realmente mudanças transformadoras na defesa do cidadão.

Peço licença às Senhoras e aos Senhores para me referir a brilhante artigo do ilustre Ministro Ricardo Lewandowski na edição de hoje do jornal Folha de S.Paulo – o qual tive o prazer de ler quando vinha para Brasília –, aludindo a importantes mudanças legislativas, como a Lei de Abuso de Autoridade, a criação do juiz de garantias, e a decisões deste Tribunal que asseguraram o exercício da ampla defesa e reafirmaram o princípio constitucional da presunção de inocência. Diz o Ministro, em sábias palavras:

Essa correção de rumos somente foi possível porque as democracias ocidentais, ao longo dos últimos três séculos, especialmente a partir do advento das revoluções liberais, desenvolveram – embora com as imperfeições próprias das instituições humanas – mecanismos de freios e contrapesos para evitar o arbítrio dos governantes, com

destaque para a técnica da repartição das funções legislativas, executivas e judiciais entre poderes distintos e autônomos. Estabeleceram ainda um sistema recursal que permite a revisão da decisão de juízes e tribunais pertencentes a instâncias inferiores por colegiados de grau superior, de maneira a contrastá-las com as normas constitucionais e legais vigentes.

Em tempos de radicalização, em tempos de intolerância, ganham ainda mais relevância a ponderação e o papel moderador exercido, muitas vezes, por esse Poder Judiciário.

Excelentíssimas Ministras, Excelentíssimos Ministros, caríssimos colegas Advogados que comparecem a esta solenidade, Senhoras e Senhores, os avanços legislativos – e aqui quero agradecer, em nome da Advocacia, o permanente diálogo tanto com o Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Congresso Nacional, quanto com o Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, ao longo do ano de 2019 – na defesa das instituições e do Estado Democrático de Direito nos servirão de guia para que a Advocacia brasileira, nós, mais de um milhão de advogados, possamos cumprir nosso papel constitucional.

Sabemos dos desafios que temos pela frente, compartilhados por todos, advogados, magistrados, legisladores, todos, em especial pelo povo brasileiro mais sofrido pela contínua crise econômica, sabemos da necessidade, Senhor Presidente – e esse tem sido um ponto central na presidência de Vossa Excelência – de garantir a segurança jurídica para que nosso país reencontre o caminho do desenvolvimento e da superação das enormes desigualdades sociais e regionais que não serão superadas com o desmonte dos instrumentos e das instituições capazes de corrigir as distorções da perversa concentração de renda que ainda acomete a nossa sociedade e a nossa economia.

Sabemos da necessidade de não transigir na defesa da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, da livre manifestação cultural e religiosa. Sabemos da necessária vigilância incansável para a efetivação do Estado Democrático de Direito, nos termos ditados pela nossa Constituição.

Nesta importante cerimônia, saudamos os representantes de todas as instituições dos Poderes da República, na certeza de que, no enfrentamento desses desafios, contamos com o compromisso de todos.

Abro aqui parênteses para lembrar que, há um ano, o Presidente deste Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, abriu essa cerimônia expressando seu profundo pesar pelas vidas perdidas em decorrência da tragédia humana e ambiental ocorrida em

Brumadinho. Lembro hoje que, um ano depois, muito ainda resta a ser feito pela Justiça por essas vidas perdidas e pelos sobreviventes da tragédia. Além da reparação pelo passado, é essencial cuidar do futuro, fazer cumprir as leis ambientais, ampliá-las e aperfeiçoá-las para que não sejamos uma sucessão de Brumadinhos e de outros desastres causados pelo descuido e pela negligência.

Senhoras e Senhores, a Ordem dos Advogados do Brasil completa, neste ano de 2020, durante a conferência que realizaremos no mês de novembro, aqui no Distrito Federal, os noventa anos de sua existência. Felizmente, somos a instituição mais bem avaliada entre empresas e organizações na mesma pesquisa citada por Sua Excelência o Ministro Dias Toffoli. A confiança da sociedade perfaz mais de 66% de apoio ao papel da Ordem dos Advogados do Brasil.

É para mim uma honra presidir essa entidade, defender a Advocacia e o Estado Democrático de Direito e poder estar aqui, hoje, em nome da Advocacia, saudando mais um ano do Judiciário. Felizmente, estou certo de que o papel desta Corte Suprema não será menos do que tem sido, cabendo-lhe, para além de observar a independência dos Poderes, empenhar-se na harmonia que deve vigor entre eles.

A OAB continuará vigilante e cooperativa, ciente de seu papel de tribuna e voz da sociedade e de seu dever constitucional. Faremos isso lembrando as palavras do inesquecível Ruy, patrono da Advocacia nacional:

A liberdade não é um luxo dos tempos de bonança; é, sobretudo, o maior elemento de estabilidade das instituições.

Muito obrigado.

**Discurso do Doutor
AUGUSTO ARAS,
Procurador-Geral da República**

O Senhor Augusto Aras (Procurador-Geral da República) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Excelentíssimo Senhor Ministro Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal, na pessoa de quem saúdo os demais Ministros desta Casa, de hoje e de sempre, e demais membros do Poder Judiciário; Excelentíssimo Senhor General Antônio Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República, representando a Presidência da República; Excelentíssimo Senhor Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal; Excelentíssimo Senhor Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara Federal; Excelentíssimo Senhor Felipe Santa Cruz, representante da Advocacia brasileira; Excelentíssimo Senhor Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; Excelentíssimo Senhor Ministro Almirante de Esquadra Marcus Vinicius, Presidente do Superior Tribunal Militar; Excelentíssimo Senhor Ministro Brito Pereira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Excelentíssimo Senhor Ministro Raimundo Carreiro, representando a Presidência do Tribunal de Contas da União; Excelentíssimos Senhores Ministros civis e militares aqui nominados por Sua Excelência o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Conselheiros, membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público; Excelentíssimos colegas do Ministério Público brasileiro, da União e dos Estados; Advogados públicos e privados; Defensores Públicos aqui representados pelo Senhor Defensor Público-Geral Federal; as demais autoridades presentes e representadas; Servidores e Servidoras, minhas Senhoras e meus Senhores.

É com satisfação que participo desta solenidade de instalação do Ano Judiciário 2020. Na retomada das atividades forenses, reitero o compromisso do Ministério Público brasileiro em contribuir harmoniosamente com os trabalhos, tanto desta egrégia Corte Suprema,

quanto do Poder Judiciário em todas as instâncias, para a formação de juízo de valor que conduza à realização da justiça mediante o cumprimento da Constituição e das leis do País.

Sob essas balizas, prosseguiremos na defesa intransigente de todos os vulneráveis, especialmente das vítimas de crimes e de suas famílias vitimadas, assegurando-lhes também o devido processo legal.

Também reafirmamos o nosso engajamento por uma atuação mais preventiva, buscando dirimir e reduzir conflitos em todas as áreas sociais, especialmente na área econômica, estimulando a autocomposição nos diversos ramos do Ministério Público brasileiro e, no particular, contribuindo para que as agências reguladoras, concessionárias e demais agentes econômicos também se valham tanto da autocomposição, que há de reduzir a plethora de 110 milhões de ações em curso, quanto dos instrumentos da conciliação, mediação e arbitragem.

O Ministério Público mantém-se sensível aos valores da Constituição e do espírito que anima os novos tempos, ainda que haja aparente conflito entre a inteligência artificial que se apresenta e o humanismo, entre a inovação e a preservação da dignidade da pessoa humana.

Por isso mesmo, Senhor Presidente Dias Toffoli, o nosso empenho em formar quadros do Ministério Público brasileiro que estejam antenados com a contemporaneidade e com a busca de soluções para gerir conflitos do Estado e da sociedade em todas as suas dimensões, especialmente na compreensão de que o Brasil é esta grande pátria que exige de cada um de nós o exercício da cidadania permanente, contínua e duradoura para que tenhamos o país grandioso com que todos nós sonhamos.

Cabe-nos, portanto, contribuir para que a já presente Era da Revolução 4.0 seja regida pelo equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade. Assim é que os novos tempos nos impõem a busca incessante da concretização dos direitos da pessoa humana, seja a proteção dos direitos da personalidade, sobretudo a proteção de dados, sejam os direitos autorais, todo o processo criativo e as inovações técnicas e tecnológicas, sem prejuízo da proteção da educação e da saúde, da criança e do idoso. Seremos exitosos nesse propósito, prosseguindo no caminho do diálogo e da transparência, respeitando-se a autonomia, as competências de cada Poder e instituição.

O Ministério Público brasileiro seguirá cumprindo com firmeza sua vasta missão, especialmente nas questões atinentes à busca do aprimoramento de seus instrumentos, para contribuir com a segurança pública e com o combate à macrocriminalidade, que,

infelizmente, adentra o interior dos nossos Estados, das nossas Unidades da Federação, exigindo medidas urgentes, especialmente no Ano Judiciário que se inicia e também no processo eleitoral que, em breve, começará.

Queremos contribuir com resolutividade nas questões atinentes à segurança pública, assim também como no destravamento da economia. Violência e criminalidade tanto ceifam vidas inocentes como inviabilizam investimentos no País, atravancando o crescimento econômico e social.

O nosso empenho absoluto nesta bandeira há de marcar o início do Ano Judiciário brasileiro, em que o Ministério Público associa-se ao Poder Judiciário e às demais instituições responsáveis pela administração da justiça no País no propósito de garantir a efetividade às demandas que nos chegam por direitos, desenvolvimento e paz social.

Que venham novos ventos, novos desafios, demandas inéditas!

Nossas instituições democráticas e republicanas permanecem firmes, quais velhos carvalhos, resistentes às mais diversas intempéries, e com a estética do ipê amarelo, símbolo da nossa Belacap e do nosso país.

Com os votos de vigor, fé, serenidade e patriotismo na realização da justiça, o Ministério Público brasileiro apresenta a Vossa Excelência, a todas as autoridades presentes e ao povo brasileiro votos de um bom 2020 e um bom trabalho a todos.

Muito obrigado.

**Discurso do Excelentíssimo Senhor General do Exército
HAMILTON MOURÃO,
Vice-Presidente da República**

O Senhor Hamilton Mourão (Vice-Presidente da República Federativa do Brasil) –

Ministro José Antônio Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal, por meio de quem cumprimento as Senhoras e os Senhores Ministros de hoje, de ontem e de sempre; o Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Federal; o Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; as Senhoras e os Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores, as Senhoras e os Senhores Magistrados; o Senhor Sérgio Moro, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; os demais Ministros de Estado aqui presentes; o Senhor Augusto Aras, Procurador-Geral da República; Senhoras e Senhores Parlamentares; Senhor Felipe Santa Cruz, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil; Senhoras e Senhores.

É com muita satisfação que represento o Presidente Jair Bolsonaro nesta cerimônia. Há um ano, participei da abertura do Ano Judiciário de 2019. Na oportunidade, registrei o que esperava para nosso país. Agora, um ano depois, destaco: a separação e a independência dos Poderes, como princípios da democracia, foram e são reafirmados, observados e praticados na definição das políticas públicas do governo. Esforçamo-nos para ter a exata compreensão do papel de cada um dos Poderes dentro do sistema de freios e contrapesos consagrados na nossa Constituição de 1988.

De outro lado, ficou claro que não é necessário utilizar-se de condutas antirrepúblicas para a aprovação das reformas estruturantes de que o País necessita, como foi a aprovação da Reforma da Previdência, que contou com o comprometimento de todos os Poderes e da sociedade brasileira.

A aprovação da medida provisória da liberdade econômica garantiu o tratamento isonômico entre aqueles que se dispõem a desenvolver o empreendedorismo no País, na

percepção aristotélica de que "devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade".

A redução do número de desempregados e a aprovação da medida da liberdade econômica sinalizaram na direção de que o governo brasileiro pretende efetivamente materializar um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito – a consagração dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

A redução da criminalidade no País, a partir de uma postura do governo, que não é leniente com o crime nem com a corrupção, assegura a aplicação mais eficiente dos recursos públicos e a preservação da integridade e da vida dos brasileiros.

A despeito de limitações decorrentes de diversas causas, o governo atuou em diferentes esferas de ação. Passos relevantes foram dados, mas outros ainda virão. A aprovação das reformas administrativa e tributária é fundamental para a consolidação de um Estado Democrático eficiente e justo na prestação dos serviços públicos.

Todos os Poderes têm se empenhado para a melhoria da qualidade de seus serviços, a exemplo deste Supremo Tribunal, Ministro Toffoli, que, em agosto passado, passou a admitir o julgamento de todos os tipos de processos em sessões virtuais, com o objetivo de acelerar seus julgamentos.

Serviços públicos de qualidade e a melhoria dos índices sociais e econômicos são fundamentais para que o nosso País seja mais que um Estado Democrático de Direito, mas um Estado Democrático de Direito e justo. O Estado brasileiro precisa se desenvolver em todos os aspectos – social, econômico, fiscal – além de respeitar a entidade familiar como célula fundamental para existência da sociedade, de modo a eliminar as mais variadas formas de injustiça. Até porque, na feliz expressão do indiano Amartya Sen, Nobel da Economia, "a injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar".

Finalmente, gostaria de fazer minhas as palavras do meu avô paterno, Desembargador Hamilton Mourão, em discurso proferido no dia 7 de dezembro de 1940, quando Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas:

O Direito, estabelecendo a ordem jurídica, é uma indeclinável necessidade social, pois sem ele não haveria meio de obstar que, do entrechoque das ambições humanas, surgissem a desordem, a confusão e a anarquia.

Só o Direito, portanto, compele o homem a condicionar a própria atividade às atividades de seus semelhantes e a viver honestamente, sem lesar a outrem, dando a cada qual o que é seu, observando aqueles salutares mandamentos morais que o povo rei consubstanciou nestes três conhecidos aforismas: *honeste vivere, neminem laedere, suum cuique tribuere*.

Mas a ordem jurídica pressupõe os seus mantenedores, isto é, autoridades incumbidas de fazer viver a lei, de promover a realização segura e constante do Direito. Daí a necessidade do Poder Judiciário, pois só na uniformidade dos meios de garantir a estabilidade dos direitos individuais reside a condição da ordem coletiva ou social.

Que o Grande Arquiteto do Universo ilumine vossas decisões, ilumine todos os operadores do Direito, dando-lhes saúde, força, união, coragem e fé.

Muito obrigado.

**Palavras do Excelentíssimo Senhor Ministro
DIAS TOFFOLI,
Presidente do Supremo Tribunal Federal**

O Senhor Ministro Dias Toffoli (Presidente) – Os discursos proferidos, que muito honram o Poder Judiciário da nação, passam a integrar a história e os anais do Tribunal. Mais uma vez destaco a presença das mais altas autoridades da nação brasileira, em especial do Senhor Vice-Presidente da República, General Hamilton Mourão, representando o Chefe de Estado e Chefe da Nação, o Senhor Presidente da República; do Senhor Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador Davi Alcolumbre; e do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia, todos demonstrando respeito à independência dos Poderes, a harmonia que há de prevalecer para a construção de uma grande nação, resultante daqueles objetivos, que li em meu discurso, do art. 3º da Constituição da República.

Agradecendo às Senhoras e aos Senhores Ministros, a todos os integrantes do Poder Judiciário, a todos os integrantes do Sistema de Justiça, Ministério Público, Advocacia Privada, Advocacia Pública, Defensoria, a todos os integrantes da sociedade civil, aos militares aqui presentes, às Senhoras e aos Senhores da imprensa, que nos fazem chegar à nação como um todo, a todos os integrantes da sociedade, cumprida sua finalidade, declaro encerrada esta sessão.